



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL**  
**SECRETARIA EXECUTIVA DOS CONSELHOS SUPERIORES – SEC**

**RESOLUÇÃO Nº 115/2025-CONSUNI/UFAL**, de 07 de outubro de 2025.

**APROVA MOÇÃO DE REPÚDIO ÀS  
MEDIDAS LEGISLATIVAS APRESENTADAS  
PELO GT DA REFORMA ADMINISTRATIVA  
DA CÂMARA FEDERAL.**

**O CONSELHO SUPERIOR UNIVERSITÁRIO da Universidade Federal de Alagoas – CONSUNI/UFAL**, no uso das atribuições legais, que lhe são conferidas pelo ESTATUTO e REGIMENTO GERAL da UFAL, de acordo com a deliberação favorável tomada, por unanimidade, na sessão ordinária ocorrida em 07 de outubro de 2025;

**CONSIDERANDO** o relatório final e a apresentação de três medidas legislativas (PEC, PLP e PL) pelo GT da Reforma Administrativa constituído na Câmara Federal;

**CONSIDERANDO** que as medidas legislativas apresentadas buscam modificar substancialmente o Art. 37 e regulamentar o Art. 41 da Constituição Federal de 1988, com ataques à estabilidade, carreiras e salários dos servidores públicos; e

**CONSIDERANDO** as análises preliminares das proposições que apontam para o comprometimento de direitos históricos e a precarização do serviço público;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Aprovar Moção de Repúdio às medidas legislativas (PEC, PLP e PL) apresentadas pelo Grupo de Trabalho da Reforma Administrativa da Câmara Federal, conforme documento em anexo.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor nesta data.

Sala dos Conselhos Superiores da Universidade Federal de Alagoas, em 07 de outubro de 2025.

**PROF. JOSEALDO TONHOLO**  
**PRESIDENTE DO CONSUNI/UFAL**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL**  
**SECRETARIA EXECUTIVA DOS CONSELHOS SUPERIORES – SEC**

(Anexo da Resolução nº.115/2025-CONSUNI/UFAL)

**MOÇÃO DE REPÚDIO CONTRA AS PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS (PEC, PLP, PL) DE  
REFORMA ADMINISTRATIVA**

O Conselho Superior Universitário da Universidade Federal de Alagoas (CONSUNI – UFAL) exprime, por meio desta Moção, seu **veemente repúdio** às proposições legislativas apresentadas no relatório final do Grupo de Trabalho (GT) da Reforma Administrativa da Câmara Federal, sob a coordenação do Deputado Pedro Paulo (PSD-RJ) e relatoria do Deputado Zé Trovão (PL-SC). O texto, que consolida três medidas – uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC), uma Proposta de Lei Complementar (PLP) e um Projeto de Lei Ordinária (PL) – concentra seus principais pontos de contestação nas alterações do Art. 37 e na regulamentação do Art. 41 da Constituição Federal de 1988, conforme detalhada análise preliminar do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN).

O serviço público e, em particular, as instituições federais de ensino superior, têm sido objeto de investidas persistentes por parte de organizações, movimentos e atores sociais vinculados à direita e à extrema-direita brasileira. Desde o advento do *Impeachment* de 2016 e o subsequente início do governo de Michel Temer, a ofensiva direcionada ao corpo de servidores e, por extensão, à população em geral, notadamente aos usuários de serviços públicos essenciais, tem se intensificado. As reformas implementadas sob a gestão Temer, com notório apoio dos parlamentares do *centrão* e da direita, impuseram severa contenção orçamentária, visando claramente à fragilização do serviço público e ao fortalecimento de políticas e discursos de cunho neoliberal.

Contudo, mesmo no contexto da retomada de um governo de centro-esquerda, a permanência desses ataques impõe-se, inadiável, um posicionamento firme de nossa Universidade, por intermédio deste Conselho, contra a nova investida em desfavor da Administração Pública: a Reforma Administrativa ora proposta. Em consonância com o relatório do ANDES-SN, a Instituição manifesta sua discordância em face da proposta dos Deputados Pedro Paulo e Zé Trovão, destacando como razões precípua: o assalto a direitos historicamente consolidados; a substituição do reajuste estrutural por bônus volátil; a ameaça à estabilidade funcional; o achatamento das carreiras mediante tabela remuneratória única; o aprofundamento da precarização das relações de trabalho; o favorecimento da terceirização estrutural; a recentralização das diretrizes remuneratórias; o risco de estigmatização, assédio e litigiosidade; a geração de incerteza orçamentária; e o risco de captura gerencial por metas.

Como baluarte do ensino público, a Universidade Federal de Alagoas não pode anuir a tal investida, sob o iminente risco de que, em um futuro próximo, a prestação de seus serviços essenciais seja irremediavelmente comprometida, com consequências nefastas para o conjunto da sociedade.

As ações de desacreditação do trabalho do Conselho Superior Universitário e de desconstrução das lutas em defesa da democracia merecem e serão rechaçadas com a máxima veemência, sobretudo diante do quadro atual da vida nacional, marcado pelo recrudescimento do discurso autoritário, da intolerância e do desrespeito às instituições.

Neste ensejo, conclamamos a imprescindível participação das representações docente, técnica e estudantil no ato contra a reforma administrativa agendado para o dia 29 de outubro em Brasília-DF, bem como a inadiável necessidade de pressionarmos nossos Deputados Federais e Senadores. Urge ocuparmos as ruas e as redes sociais digitais para denunciar os abusos e as inverdades veiculadas nesta proposta. Reafirmamos, por fim, nosso inabalável compromisso com uma educação pública, plural, igualitária e de qualidade, e cobramos dos nossos representantes no Congresso Nacional uma atuação imediata para barrar tal proposição.

Conselho Superior Universitário – UFAL, em 07/10/2025